

# O Preço do Progresso: Contradições entre as leis, os direitos e a realidade vivida pelas populações atingidas por barragens



**Autora:** Verônica Dias Mendes

**Orientadora:** Jussara Maria Rosa Mendes

## Introdução

Foi através do convívio, educação e avanços tecnológicos que nossa sociedade se desenvolveu e progrediu até a atualidade, concomitantemente a isso, fez-se necessário a criação de normas que regulamentassem esses avanços. As leis são construídas com o intuito de delinear direitos e deveres dos cidadãos, tendo como preceito principal garantir o convívio harmônico entre indivíduo, comunidade e meio ambiente. Com base nisso, projetos que visam o desenvolvimento e o progresso, são regulamentados por leis que abordam tanto questões ambientais e econômicas quanto de direitos humanos. Este trabalho faz parte de um projeto maior intitulado “Refugiados do desenvolvimento: a naturalização do sofrimento de trabalhadores rurais atingidos pela construção de hidrelétricas” que visa analisar as repercussões da construção da hidrelétrica de Itá em Santa Catarina na vida e no trabalho dos trabalhadores rurais atingidos pela obra.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, de método qualitativo no qual foi realizada uma análise documental da legislação vigente acerca da construção de hidrelétricas.

## Análise e discussão dos resultados

O objetivo deste trabalho é analisar as contradições entre as diferentes leis relacionadas a construção de hidrelétricas no Brasil e que integram o discurso do "desenvolvimento e progresso", com a realidade vivida pelos atingidos durante e após a construção da obra.

## Considerações finais

Os dados ainda estão sendo analisados, mas já é possível observar uma discrepância entre o que é previsto pela constituição e os fatos vivenciados pelas populações atingidas pelas hidrelétricas. Não há uma legislação específica direcionada aos atingidos, sendo possível concluir que há uma necessidade de reavaliação das leis com o objetivo de facilitar o entendimento e o acesso da sociedade. O conhecimento das leis proporcionara a comunidade uma conscientização de seus direitos e maior garantia de justiça.

